

Aparecido revoluciona sistema de saúde no DF

Em dois atos, Governador cria Grupo de Trabalho e o Instituto de Tecnologia Alternativa

Em dois atos simultâneos, ontem à tarde, o governador José Aparecido deu um passo fundamental no sentido de revolucionar o sistema de saúde do Distrito Federal, abalado por uma crise de credibilidade, que existe mais no psicossocial do que na realidade propriamente dita, e por uma desintegração entre as diversas unidades hospitalares, do GDF ou do Governo Federal, que é bastante concreta e sentida na pele pela população. Como a economia brasileira, a medicina de Brasília precisa de um choque — foi a conclusão a que chegou o Governador. E, mais uma vez como no caso brasileiro, o choque deve ser dado para obter, ao mesmo tempo, resultados concretos (pelo lado da integração entre as diversas unidades e a descentralização) e resultados psicológicos (restaurando a credibilidade da medicina de Brasília). “Temos aqui ex-

celentes profissionais, recursos suficientes, mas não temos a confiança da população. Vamos mudar esse quadro”, disse o governador José Aparecido. O primeiro ato foi nomear por decreto um Grupo de Trabalho que, em 30 dias, vai propor as bases de um projeto de reformulação do setor saúde do Distrito Federal, numa experiência-piloto de descentralização, municipalização e integração do atendimento, que depois será estendida a todo o País. O segundo ato foi criar, através de outro decreto, o Instituto de Tecnologia Alternativa do DF, que buscará soluções simples para os mais variados problemas sociais, a partir de experiência-piloto nas cidades-satélites de Brasília e Planaltina, utilizando-se de tecnologias alternativas, inclusive na área médica — como a homeopatia, a acupuntura, a naturopatia e a fitoterapia.

LUIZ LEMOS



Entre os ministros Roberto Santos (Saúde) e Raphael de Almeida Magalhães (Previdência), Aparecido assina decretos

Saúde é direito do cidadão

“Só através da efetiva integração dos órgãos de saúde dos governos central e local, com um núcleo executor único, é possível cumprir o postulado da Nova República de que a assistência à saúde, de forma completa, é um direito do cidadão e, portanto, um dever do Estado”. Com essas palavras, proferidas ao empossar o grupo de trabalho que reformulará a política de saúde do DF, integrando a rede médico-hospitalar e descentralizando o atendimento, o governador José Aparecido resumiu a idéia básica de uma experiência-piloto que posteriormente será estendida a todo o País.

A posse do grupo de trabalho foi ontem, a partir das 15h30, no Palácio do Buriti, contando com a presença dos ministros da Saúde e da Previdência, Roberto Santos e Raphael de Almeida Magalhães; do professor Gabriel Herval, representante do ministro da Educação, Jorge Bornhausen; do reitor da Universidade de Brasília, Critovam Buarque; do secretário de Saúde, Alberto Barbosa, e outras autoridades.

Presidido pelo médico Laércio Valença, chefe do Serviço de Pneumologia do Hospital das Forças Armadas (HFA), o grupo de trabalho será coordenado pelo deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), ex-secretário de Saúde do DF, e contará com a participação das seguintes pessoas: Alberto Barbosa, secretário de Saúde; José Hermenegides de Souza, secretário-geral do Ministério da Saúde; José Saraiva Felipe, secretário de serviços médicos do Ministério da Previdência; Aloisio Sotero, secretário-geral do Ministério da Educação; Cristovam Buarque, reitor da UnB; Elias Tavares, membro da comissão do Plano Trienal do GDF; Geraldo Guimarães, superintendente regional do Inamps; Anísio Pires, presidente da Associação Médica de Brasília; Ignácio Republi-

cano de Oliveira, representante do Instituto de Tecnologia Alternativa do DF, e Ernesto Silva, médico pioneiro em Brasília.

RADICAL

Após agradecer a presença dos ministros no Palácio do Buriti, o governador José Aparecido afirmou que esse fato atestava não apenas uma “manifestação de apoio e prestígio a uma iniciativa que pretende ser pioneira e revolucionária no campo da saúde”, demonstrando o “elevado espírito de cooperação das autoridades da Nova República”. Para o governador, a solenidade de ontem “reflete o propósito de todos nós de enfrentar as dificuldades na área social com o mesmo ânimo radical de que nos dá exemplo o presidente José Sarney, em face da gravidade da situação econômico-financeira. Radical, na mais legítima acepção deste adjetivo, o que indica ir à raiz dos problemas para extirpá-los”.

O grupo de trabalho terá um prazo de 30 dias para apresentar a proposta de reformulação da política de saúde do DF, que, em suas linhas gerais, já foi discutida preliminarmente pelo governador José Aparecido com os ministros Roberto Santos e Raphael de Almeida Magalhães. Nessa tarefa, o grupo lançará mão dos diversos estudos e levantamentos existentes a respeito do setor saúde no DF, o que compensará a exiguidade do tempo com que conta para apresentar seu relatório final.

José Aparecido lembrou que ao tomar posse no Governo do DF deparou-se com uma greve dos servidores da Fundação Hospitalar, e pôde constatar pessoalmente o precário estado em que se encontrava todo o complexo da saúde pública, prejudicando enormemente a população. Para melhorar esse quadro, o governador destinou o maior volume de recursos que foi possível para o setor, nos úl-

timos nove meses, e ativou o Convênio 13/84, celebrado entre o GDF e os Ministérios da Saúde e Previdência, constituindo mediante decreto a Comissão Interinstitucional de Saúde do DF, para coordenar a gestão do programa Ações Integradas de Saúde.

Empossado em agosto último, a comissão desdobrou-se em diversas subcomissões locais. Em cooperação com o Governo Federal e com o Estado de Goiás, implantou-se um sistema de saúde na região do Entorno, com a finalidade de reduzir a pressão da demanda sobre os serviços médico-hospitalares do DF.

ALTERNATIVAS

Ao anunciar a criação do Instituto de Tecnologia Alternativa do DF, que também somará esforços para uma melhoria na qualidade da saúde pública, o governador afirmou que essa iniciativa decorre da necessidade de aprimorar um trabalho que vem sendo realizado desde o último dia 12 de setembro, quando foi constituído um grupo com a tarefa específica de estudar as possibilidades da utilização de tecnologias alternativas no DF, inclusive na área da saúde.

Homeopatia, acupuntura, fitoterapia (plantas medicinais) e outros recursos não convencionais, de baixo custo e alto rendimento, foram investigados a partir de um trabalho localizado junto às comunidades de Brasília e Planaltina. Em consequência desse trabalho, disse José Aparecido, “pareceu-me imprescindível constituir um órgão autônomo para a documentação e informática, a pesquisa e o desenvolvimento de produtos e processos, e a transferência programada de tecnologias alternativas diretamente ao usuário, no seio das comunidades urbanas e rurais do DF, com possibilidade de atuação em toda a região geoeconômica”.

O discurso de Aparecido

Estes são os principais trechos do discurso do governador José Aparecido:

“A presença de três Ministros de Estado nesta breve cerimônia no Palácio do Buriti não é apenas honrosa para o meu Governo. Não é apenas manifestação de apoio e prestígio a uma iniciativa que pretende ser pioneira e revolucionária no campo da saúde. É sobretudo significativa do elevado espírito de cooperação das autoridades da Nova República. Mais ainda: reflete o propósito de todos nós de enfrentar as dificuldades na área social com o mesmo ânimo radical de que nos dá exemplo o Presidente José Sarney em face da gravidade da situação econômico-financeira. Radical, na mais legítima acepção deste objetivo, o que indica ir à raiz dos problemas para extirpá-los”.

“Estamos assinando agora um decreto que tem essa finalidade e que reflete em suas linhas gerais o poder de síntese e a visão social dos Ministros Roberto Santos e Rafael de Almeida Magalhães, com os quais discuti preliminarmente os termos deste documento. Criamos um Grupo de Trabalho para apresentar, dentro de 30 dias, a proposta de reformulação da política de saúde do Distrito Federal”.

“A consideração básica é de que só através da efetiva integração dos órgãos de saúde dos governos central e local, com um núcleo executor único, é possível cumprir o postulado da Nova República de que a assistência à saúde, de forma completa, é um direito do cidadão e, portanto, um dever do Estado, como está no decreto (...)”.

“Logo ao assumir o Governo, deparei-me com a greve dos servidores da Fundação Hospitalar. Pude constatar pessoalmente, então, o estado lastimável das instalações e do atendimento ao público. Nestes nove meses de administração, destinei o maior volume possível de recursos para minorar a situação. Além disso, tratei de ativar o Convênio 13/84, celebrado entre o Distrito Federal, o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Ministério da Saúde, constituindo mediante decreto a Comissão Interinstitucional de Saúde do DF, para coordenar e gerir o programa Ações Integradas de Saúde. A Comissão foi empossada em agosto de 1985 e começou a trabalhar, desdobrando-se nas Comissões Locais. Em cooperação com o Governo Federal e com o de Goiás, implantamos no Entorno um sistema de saúde, visando a aliviar as pressões da demanda sobre os serviços médicos e hospitalares no Distrito Federal”.

“Em 12 de setembro último, criei um Grupo de Trabalho para estudar as possibilidades da utilização de tecnologias alternativas na área de saúde pública, como a fitoterapia, a homeopatia, a acupuntura, dentre outros recursos não convencionais, de baixo custo e alto rendimento (...)”.

“O relatório do Grupo não só acata a hipótese que lhe deu origem como vai mais longe, propondo a utilização do vasto acervo de tecnologias alternativas. Desse modo pareceu-me imprescindível constituir um órgão autônomo para a documentação e informática, a pesquisa e o desenvolvimento de produtos e processos (...)”.

“Esse órgão, que estou criando hoje, mediante decreto, é o Instituto de Tecnologia Alternativa do Distrito Federal, que será dirigido por um Presidente e três Diretores”.

“Esta iniciativa não está à margem da criação do Grupo de Trabalho, do qual participa um dos representantes do Instituto. Estamos certos de que o Grupo produzirá um trabalho a

Comissão tem prazo de 30 dias

A idéia do projeto de reformulação do setor saúde em Brasília partiu do governador José Aparecido e, logo após conversar com o ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães (também entusiasta da idéia), convocou a primeira reunião da comissão que trará as diretrizes da reformulação, no prazo de 30 dias, com o auxílio dos diversos projetos e trabalhos já feitos na área especialmente para o Distrito Federal.

A comissão tem delegação política e direta do governador do Distrito Federal, dos ministros da Previdência, Saúde, Educação e do reitor da UnB. Cabe a ela elaborar o plano de 30 dias, uma proposta abrangente em termos de saúde, considerando com especial atenção o trabalho “Política de Ação para o Desenvolvimento e Saúde Integral” — que levou à criação do Instituto de Tecnologia Alternativa — o que significa não exaltar somente o aspecto curativo da medicina mas também o preventivo. A intenção de reformular todo o sistema de saúde do Distrito Federal conta, essencialmente, com a interação das entidades envolvidas, desde todos os hospitais públicos, civis e militares, até a Universidade de Brasília, através de seu pessoal docente técnico.

IDEIAS BÁSICAS

A comissão deverá iniciar suas reflexões em cima de algumas linhas gerais de ação.

A primeira é a melhoria do atendimento primário à população através da adoção de novo modelo cujos personagens principais são a enfermeira e o médico generalista (ou de família). Eles receberão treinamento específico e deverão residir nas proximidades do local de trabalho para criar um melhor relacionamento com a clientela do bairro. Este novo modelo deve evitar o grande fluxo de pacientes aos pronto-socorros, solucionando muitos problemas médicos da comunidade.

Alterações no funcionamento da Fundação Hospitalar do Distrito Federal marcam uma outra linha de ação. A começar pela estruturação de um complexo hospitalar de base constituído pelos Hospitais de Base, Regional da Asa Norte e da Asa Sul, com vinculação ao Hospital Presidente Médici, Hospital das Forças Armadas e o Sarah Kubitschek. Todos esses hospitais devem funcionar dando livre trânsito aos pacientes de acordo com suas necessidades. Cabe também à Fundação Hospitalar dar maior ênfase à melhoria de seu funcionamento e não em novas construções (as reformas em curso serão concluídas); organizar um Pronto-Socorro central para o Distrito Federal; estimular a competência dos profissionais da área médica; descentralizar o orçamento das diversas unidades de saúde vinculadas e reduzir o tempo de permanência das internações.

A interação das diversas entidades envolvidas visando a plena utilização dos recursos médicos existentes no Distrito Federal será considerada pela comissão de maneira fundamental. Com a UnB, essa interação visa melhorar a formação de profissionais que futuramente estarão prestando serviços à Fundação Hospitalar. A Universidade deve participar cedendo pessoal docente e técnico, assim como equipamentos destinados à pesquisa clínica e projetos especiais. É previsto também o intercâmbio de conhecimentos entre os médicos da Fundação e os docentes da UnB em atividades administrativas e de qualificação.

Com relação ao Inamps, já existem iniciativas de interação com a Fundação Hospitalar. A participação mais efetiva do Hospital Presidente Médici no Complexo de Base do Distrito Federal será estudada. A principal participação do Hospital das Forças Armadas, pelo menos inicialmente, está marcada pela realização de exames complementares em áreas específicas como tomografia computadorizada, medicina nuclear, cateterismo cardíaco, etc. Será também levado em consideração a intensificação da interação bilateral de profissionais de saúde. Finalizando com as linhas de ação da comissão, existe ainda uma política de recursos humanos com o objetivo de elevar a competência profissional em todos os níveis.

Ministros apóiam experiência

Dos três ministros convidados para a cerimônia de assinatura do documento que institui o Grupo de Trabalho para reformular a política de saúde no DF, apenas um não compareceu. O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, estava ontem em Alagoas, e foi representado por Gamaliel Herval, secretário de ensino superior do MEC. Os ministros da Saúde, Roberto Santos e da Previdência e Assistência Social, Raphael de Almeida Magalhães compareceram ao encontro e deram seu irrestrito apoio à experiência de municipalização dos serviços de saúde, que começa a ser aplicada em Brasília dentro de trinta dias, mais ou menos.

Raphael de Almeida Magalhães destacou o “caráter fraterno” do ato de assinatura do documento e afirmou que ele exprime o sentido de unidade

que há no governo. “Somos uma equipe que busca aperfeiçoar a oferta dos serviços sociais à população mais necessitada do País”. O aspecto mais importante do decreto assinado ontem no Palácio do Buriti é, no entender do ministro, “o desencadeamento de um processo de descentralização da prestação de serviços médicos, numa integração de todos os esforços do governo no sentido de estender esta descentralização a todos os Estados do País”. Para Magalhães, descentralizar é “sinônimo de democratizar, participar, municipalizar”, e esta experiência, “que certamente será frutífera para o DF”, possibilitará acumular conhecimentos para que o Governo possa generalizar o sistema para o restante do País.

O ministro Roberto Santos, da Previdência e Assistência Social, falou dos “erros na área de

saúde, que se acumularam historicamente e vieram a se manifestar com especial vigor nos últimos anos, quando a população cresceu e o nível de suas aspirações se elevou”. Para Roberto Santos, o Brasil desde há muito tempo conseguiu demonstrar que sabe escolher seus próprios caminhos, mas a área social, “particularmente a de saúde, ficou contida e pressionada, sem que pudesse revelar em sua plenitude a criatividade do brasileiro na gerência de seus problemas”.

Laércio Valença, que também é Conselheiro da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, disse que se sente extremamente honrado por estar presente no Grupo de Trabalho, e que a “simples leitura dos nomes que compõem a comissão é suficiente para mostrar a ênfase que ela terá e a responsabilidade na elaboração do plano proposto pelo governo”.

mulas para a solução dos mais diversos problemas. O sistema ecológico e a defesa do meio ambiente estarão entre as maiores preocupações do novo instituto, que vai procurar desenvolver projetos que, ao mesmo tempo, restrinjam a utilização de agrotóxicos e ampliem as áreas sob preservação de agentes que predam o meio ambiente.

Um dos trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito do ITADF será o de coletar dados sobre medicamentos naturais, que têm larga utilização popular. Dentro das técnicas alternativas de tratamento médico também serão pesquisadas a acupuntura e os métodos de exercitamento físico. Neste sentido, o instituto vai colaborar com a reformulação do sistema de saúde do DF, já que muitos dos casos médicos que hoje são encaminhados aos hospitais, poderão ser tratados pelo próprio paciente, que será informado sobre métodos básicos de medicação natural. “Não se trata de incentivo à automedicação, mas de conscientização de que o alimento é o melhor medicamento”, disse Valença.

Um dos trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito do ITADF será o de coletar dados sobre medicamentos naturais, que têm larga utilização popular. Dentro das técnicas alternativas de tratamento médico também serão pesquisadas a acupuntura e os métodos de exercitamento físico. Neste sentido, o instituto vai colaborar com a reformulação do sistema de saúde do DF, já que muitos dos casos médicos que hoje são encaminhados aos hospitais, poderão ser tratados pelo próprio paciente, que será informado sobre métodos básicos de medicação natural. “Não se trata de incentivo à automedicação, mas de conscientização de que o alimento é o melhor medicamento”, disse Valença.

Um dos trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito do ITADF será o de coletar dados sobre medicamentos naturais, que têm larga utilização popular. Dentro das técnicas alternativas de tratamento médico também serão pesquisadas a acupuntura e os métodos de exercitamento físico. Neste sentido, o instituto vai colaborar com a reformulação do sistema de saúde do DF, já que muitos dos casos médicos que hoje são encaminhados aos hospitais, poderão ser tratados pelo próprio paciente, que será informado sobre métodos básicos de medicação natural. “Não se trata de incentivo à automedicação, mas de conscientização de que o alimento é o melhor medicamento”, disse Valença.

Descentralizar gera eficiência

Estas são as considerações que o governador José Aparecido fez no decreto que criou o Grupo de Trabalho que vai reformular o sistema de saúde:

“Considerando que o processo de descentralização, com a delegação de desempenho ao órgão de saúde do governo local, constitui objetivo estratégico para se atingir à integração efetiva e a eficiência na prestação dos serviços de saúde;

“Considerando que o Governo da Nova República reconhece que a assistência à saúde, de forma integral, é um direito do cidadão e, portanto, um dever do Estado;

“Considerando que a municipalização da prestação dos serviços de saúde garante não só a

aproximação entre os prestadores de serviço e usuários, mas também facilita o acompanhamento e a avaliação dos serviços por parte da população, proporcionando a maximização da utilização e da eficiência dos recursos humanos e físicos;

“Considerando as condições favoráveis da estruturação dos serviços de saúde no Distrito Federal, com significativa preponderância da rede pública dos governos da União e do Distrito Federal;

“Considerando a necessidade de avanço e aprofundamento das propostas e experiências facultadas pelas Ações Integradas de Saúde e pela integração docente-assistencial;

“Considerando que a experiência piloto, a ser feita no Dis-

trito Federal, terá seus resultados analisados após noventa dias de sua implantação, oportunidade em que será considerada a nível nacional;

“Considerando a necessidade de avaliação crítica do Sistema de Saúde do D.F., por parte de representantes dos Ministérios da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Saúde e da Universidade de Brasília, além de representantes do próprio Sistema de Saúde do D.F.;

“Considerando que só através da efetiva integração dos serviços, com um núcleo executor único, próximo ao cidadão, pode assegurar a melhoria da eficiência e qualidade dos serviços prestados, a serem atingidos pela reestruturação do Sistema de Saúde do D.F. (...)”.

Instituto busca solução simples

Concebido inicialmente como o órgão centralizador de todas as pesquisas na área da medicina e terapias naturais, o Instituto de Tecnologia Alternativa do Distrito Federal nasceu ontem de um decreto do governador José Aparecido com características e atribuições bastante amplas. O ITADF será o organismo governamental que, partindo do princípio de que a saúde não é só o bem estar físico, mas também e principalmente o social, desenvolverá estudos e projetos — utilizando tecnologias alternativas — nas áreas da agricultura, educação, cultura, habitação, saneamento básico, abastecimento e defesa do consumidor.

O jornalista Fernando Lemos, do CORREIO, coordenador do grupo que traçou o perfil do ITADF, foi pego de surpresa com a assinatura do decreto ontem à tarde (a formalização do Instituto estava prevista para a próxima semana), e convidado a falar em nome do grupo que trabalhou no projeto, afirmou que a idéia básica “é investir num tipo de tecnologia que, apesar de marginalizado pela maior parte da sociedade, é de

males complexos que sejam.

O grupo de trabalho que estudou a formação do ITADF esteve em permanentes reuniões, desde setembro do ano passado, e envolveu profissionais da área de saúde, agronomia, informática e comunicação. Os nomes do presidente do instituto e dos três diretores a serem nomeados devem sair da composição do grupo que idealizou o Instituto de Tecnologia do DF. Estes nomes, no entanto, só serão divulgados dentro de dois meses, prazo que o governo tem para a elaboração do regimento interno do órgão. Durante todo o ano de 1986 os recursos para o funcionamento do ITADF serão retirados do orçamento do gabinete do governador.

A criação deste pouco ortodoxo instituto inicia um novo tempo na pesquisa científica no Brasil. As fontes alternativas de energia e de manutenção da saúde, por exemplo, só recentemente começaram a ser pesquisadas pelo governo, ainda assim de maneira mais superficial do que o necessário. O CNPq — Conselho Nacional de Pesquisa Científica, tem alguns projetos na área alternati-

tais da cidade, “aproximando mais ainda a Universidade da comunidade de Brasília”. Em parte isto já está acontecendo desde o mês passado, quando a UnB fez um convênio com a Secretaria da Saúde para que os estudantes de medicina treinem em toda a rede oficial de hospitais.

“O mesmo acontecerá se o sistema de médicos de quadras for adotado: o médico se aproxima mais de sua clientela, e acabam as filas para o atendimento, melhorando inclusive sua qualidade”, entende Cristovam Buarque. Um melhor treinamento de estudantes e o intercâmbio de profissionais entre a Fundação Hospitalar e a UnB também contribuirão para uma melhoria nos serviços médicos da cidade.

Cristovam mostrou-se muito otimista com a instalação da comissão que vai propor as diretrizes para uma total reformulação do setor saúde. Para ele o “progresso da cidade está na descentralização, na democratização. Mas corrigindo-se os desequilíbrios regionais”.

TECNOLOGIA ALTERNATIVA

Uma oportunidade para mudar as atitudes da população, o que é fundamental no processo evolutivo da sociedade. Este é o

tor: “Qualquer processo que tira a comunidade da inércia é bom”.

As tecnologias alternativas na área de saúde possuem, segundo Inácio, a função de facilitar a interação do profissional de medicina com a comunidade, principalmente nos postos de saúde. Através da tecnologia alternativa, ele acredita que a divulgação dos conhecimentos científicos para a comunidade fica muito mais fácil. “Será como um facilitador das práticas simples de cuidados com a saúde. Um exemplo: a aplicação correta das regras de higiene médica”, explicou ele.

O diretor do Hospital das Forças Armadas (HFA), Laércio Valença, vê com muita simpatia a abertura das portas dos hospitais militares à comunidade em geral. Esta medida faz parte da reformulação do setor saúde no Distrito Federal e o médico afirma que experiência semelhante aconteceu na época da greve dos médicos, “agora basta que nós desenvolvamos esta interação”, afirmou.

Escolhido para presidir a comissão que vai estudar as propostas principais da reformulação, Laércio coloca como filosofia do trabalho da comissão a melhoria do sistema médico de